



**ACTA Nº 18/2010 DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA, REALIZADA
NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2010**

--- Aos oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu, pelas quinze horas, nas instalações da CIM, em Ponte de Lima, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima. -----

--- Estiveram presentes nesta reunião os Presidentes das Câmaras Municipais de Caminha, Senhora Júlia Paula Pires Pereira Costa, de Melgaço, Senhor António Rui Esteves Solheiro, de Monção, Senhor José Emílio Pedreira Moreira, de Paredes de Coura, Senhor António Pereira Júnior, de Ponte da Barca, Senhor António Vassalo Abreu, de Valença, Senhor Jorge Manuel Salgueiro Mendes, de Viana do Castelo, Senhor José Maria da Cunha Costa e de Vila Nova de Cerveira o Senhor José Manuel Vaz Carpinteria. -----

Da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez não esteve presente o Senhor Presidente nem se fez representar. Em representação da Câmara Municipal de Ponte de Lima esteve presente a Senhora Estela Susana da Rocha Almeida, conforme documento anexo a esta acta.-----

Assistiram ainda à reunião, os Senhores Ruy Manuel Ferreira da Silva Guerreiro e Luís Miguel Rodrigues Matos.-----

--- A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro.-----

1 – Aprovação da acta n.º 17 de reunião de 22 de Julho de 2010

--- Foi colocada à consideração do Conselho a proposta da Acta n.º 17 da reunião do Conselho Executivo. Após a sua leitura, a acta foi colocada à votação e aprovada, com excepção do Senhor Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez por não estar presente nem se ter feito substituir.-----

Ponto 2 – PTD – Ponto de situação

--- O Conselho tomou conhecimento do ponto de situação a 31 de Julho dos contratos com as CIM e Áreas Metropolitanas realizado pelo Observatório do QREN e que continua a posicionar o Alto Minho como a estrutura com a mais elevada taxa de execução do País. (Doc. 178/10)----

--- O Conselho manifestou a sua preocupação pelas demoras incompreensíveis da aprovação dos DEE que impossibilitam a aprovação dos projectos no domínio do Abastecimento de Água e Recolha de Águas Residuais no Alto Minho que estão já em boa parte executados e que justificam um valor de quase 10 milhões de euros de FEDER. O Senhor Presidente do Conselho irá contactar directamente o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento para alertar novamente para este problema.-----



--- O senhor Gestor do PTD ficou encarregue de ultimar a documentação referente a quatro projectos que permitam a sua aprovação imediata mal o embargo sobre estes projectos seja levantado.-----

--- O Senhor Gestor do PTD fez uma exposição sobre o ponto de situação da reprogramação dos Centros Escolares que está em termos documentais concluída, e já aprovada pela Autoridade de Gestão faltando estabilizar a plataforma SIGON.2 de acordo com estas reprogramações para que a despesa já realizada seja considerada elegível às novas taxas de comparticipação. (Doc. 179/10 e 180/10)-----

--- Sobre o ponto de situação dos pedidos de pagamento o Conselho encarregou o Gestor de avaliar quais os projectos que poderão acelerar o seu desempenho para que a execução no final de Setembro ser a desejável, e comunicar a cada Presidente de Câmara quais os esforços de pagamento a realizar.-----

--- Parecer sobre a candidatura NORTE-03-0354-FEDER-000081 – Rede de Esgotos e Abastecimento de Água 2013 – Fase 2 do Município de Ponte de Lima. O Gestor apresentou o parecer em anexo sobre este projecto que tem o valor elegível de 2.886.447,12 euros com a afectação de 2.309.157,70 euros de FEDER, no âmbito do aviso de concurso ML/III/CUA/03/2010,(Doc. 181/10). O Conselho emitiu parecer favorável a esta candidatura declarando que se enquadra no PTD Minho Lima, e encarregou o Secretário Executivo de transmitir este parecer à Autoridade de gestão do ON.2. Terminada a análise e discussão, o Senhor Presidente do Conselho Executivo colocou à votação o supracitado documento, tendo sido aprovado por unanimidade em minuta anexa a esta acta.-----

Ponto 3 – Minho IN, ponto de situação

--- O Senhor Engº. Francisco Calheiros participou neste ponto da reunião e fez uma exposição ao Conselho sobre os projectos que foram apresentados no primeiro aviso da candidaturas (Doc.182/10) e aqueles que exigem um mais aprofundado trabalho de concertação para o segundo aviso de candidatura e ser realizado em Janeiro.-----

Como orientações para o futuro, o Conselho deu o seu acordo ao lançamento de um Plano de Desenvolvimento Turístico do Minho, com base na reformulação do projecto Minho-IN Porto e Norte de Portugal e sobre o Projecto Saúde e Bem Estar atendendo a ser aquele em que poderá realizar investimento físico na remodelação de termas em todas as CIM's pode ser reforçado para acolher esses investimentos conforme orientações da Autoridade de Gestão.-----

Ponto 4 – Projecto de Monitorização e Gestão dos consumos domésticos (Greenwave), ponto de situação

--- A Senhora Engª. Luísa Arantes apresentou o ponto de situação do projecto (Doc.183/10) pedindo aos Senhores Presidentes apoio na selecção das 170 instalações da fase piloto a iniciar em Novembro.-----



A fase pré-piloto de 30 instalações já está a decorrer e o Conselho decidiu dar público conhecimento, deste importante projecto no momento de arranque da sua fase piloto.-----

Ponto 5 – Proposta de Acção na Área do Turismo

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha, apresentou uma proposta de criação de um grupo de trabalho na Área do Turismo para articular a acção de cada Município. Do debate realizado o Conselho encarregou o Secretário Executivo de iniciar este trabalho com os Senhores Vereadores com competências nesta matéria com o objectivo de articular a actuação municipal na instalação das Lojas de Turismo, criar uma lista de eventos com programa global, que possa ter uma promoção conjunta e estruturar a actividade turística com a cultura e património.(Doc. 184/10)-----

--- O Secretário Executivo sugeriu que a equipa do Minho-IN com o Senhor Engº. Francisco Calheiros participasse na animação deste grupo o que foi aceite.-----

Ponto adicional – Destruição do Património Florestal

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha introduziu este debate vincando que a destruição do património florestal e com as implicações na perda de riqueza e da desarticulação económica que provoca não só na fileira florestal e agrícola, mas também na fileira turística e ambiental. (Doc. 185/10)-----

--- Foi igualmente sublinhada a importância dos executivos municipais em que pelo enquadramento legislativo actual estão condenados a assistir passivamente à delapidação de uma parte essencial do seu território. O caso dos incêndios do PNPG e a forma como o Senhor Presidente da Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez foi tratado em plena crise, para além da solidariedade do Conselho, é reveladora da insuficiência normativa e gestonária dos municípios neste domínio.-----

--- Vários membros do Conselho acrescentaram pontos importantes a esta reflexão ligados às questões operacionais do combate aos incêndios, ao cadastro floresta e, à modificação da lei dos baldios, ao destino do material ardido e à Gestão Florestal.-----

--- Uma vez que o Governo se comprometeu a no fim do período de alerta para os fogos florestais realizar no Alto Minho uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e Protecção Civil com os municípios da CIM, é essencial criar um dossier do que é urgente fazer para a tomada de decisões pelo Governo. Assim o Conselho encarregou a Engª. Estela Almeida, com o apoio do Secretário Executivo de reunir com urgência com um representante da cada Município para elaborar este dossier rapidamente e fazer propostas sobre a forma como a CIM se deverá organizar para a gestão florestal e que temas prioritários a CIM deverá abrir no diálogo com o Governo.-----



Ponto 6 – Transferências das autarquias para o Serviço Nacional de Saúde/Parecer da ANMP

--- Na sequência da decisão tomada na reunião anterior e após a reunião dos responsáveis jurídicos dos Municípios o Conselho deliberou por unanimidade encarregar a CIM de instruir uma acção em seu nome e em nome dos Municípios integrantes junto do Tribunal Administrativo contra a decisão do Governo de efectuar uma retenção de verbas para o SNS.

--- Se não for possível a CIM instruir uma acção desse tipo desde já fica decidido que as acções de cada Município serão harmonizadas entre os responsáveis jurídicos da cada Município e da CIM.(Doc. 186/10 e 187/10)-----

Ponto 7 – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da CIM Alto Minho

--- O Conselho deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da CIM Alto Minho. (Doc.188/10)-----

Ponto 8 – Norma de Controlo Interno da CIM Alto Minho

--- O Conselho deliberou por unanimidade aprovar a Norma de Controlo Interno da CIM Alto Minho. (Doc.189/10)-----

Ponto 9 – Prestação de contas do Canil do 1º semestre

--- Na sequência da deliberação de alargamento à CIM da área de acção do Canil da Valimar e após a fixação do seu orçamento, foram apresentados os custos reais de funcionamento do Canil.(Doc. 190/2010)-----

--- Estes custos foram 40% inferiores ao estimado, resultado do financiamento do salário de um funcionário da CIM, do aumento da adopção e a uma maior racionalidade de gestão do Canil.

--- Assim a comparticipação nos custos para o funcionamento do Canil será de 675 euros para os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo é de 1.446,37 euros para os Municípios de Melgaço, Monção, paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira para o referido trimestre.-----

--- Estes custos foram aprovados por unanimidade.-----

--- O Conselho foi informado do programa que o Canil está a organizar de realizar nos Centros Escolares visita do Canil para sensibilizar a comunidade escolar, e estimular a adopção, embora este ano se tenha atingido valores máximos de números de cães adoptados.-----

Ponto 10 – Procedimentos

PROMAR – Consultadoria e acompanhamento

---O Conselho deliberou por unanimidade aprovar a abertura de um procedimento de Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, para a "Prestação de Serviços técnicos de acompanhamento e monitorização da implementação da Estratégia de



Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte, no âmbito do GAC / PROMAR” com convite à JPQ Consultores Unipessoal, com o preço base de 14.400 euros, nos termos da proposta anexa. (Doc.191/10)-----

Minho IN – Consultadoria e acompanhamento

--- Atendendo à aprovação da candidatura para a assistência técnica do projecto Minho IN, candidatado ao programa ON.2, o Conselho deliberou por unanimidade aprovar a abertura de um procedimento de Ajuste Directo (n.º 197), ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, para a “Prestação de Serviços técnicos de acompanhamento permanente de proximidade, no âmbito do PROVERE MINHO IN” com convite à JPQ Consultores Unipessoal, com o preço base de 49.586,77 euros nos termos da proposta anexa. (Doc.192/10)-----

Plano de Formação SIG

--- Considerando a aprovação pelo programa do POPH da candidatura para o desenvolvimento da formação SIG, Conselho deliberou por unanimidade aprovar a abertura de um procedimento de Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) instituído pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, – Prestação de Serviços de Formação Profissional, no âmbito do Plano de Formação – Acção “Especialização em Sistemas de Informação Geográfica Municipais” Eixo 3.4 – POPH/QREN, com convite ao IPVC, pelo valor base de 45.000 euros, nos termos da proposta anexa. (Doc.193/10)-----

NEA – Introdução da Náutica no extra-curricular em Ponte de Lima

--- No âmbito do desenvolvimento das actividades previstas no projecto NEA2 – Náutica no Espaço Atlântico, aprovado pelo Programa Transnacional Espaço Atlântico, o Conselho deliberou por unanimidade aprovar a abertura de um procedimento de Ajuste Directo Ajuste Directo, alínea a) do n.º 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, – para a “Prestação de serviços para introdução da actividade náutica no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do Município de Ponte de Lima”, com convite ao Clube Náutico de Ponte de Lima, pelo preço base de 10.150 euros, nos termos da proposta anexa. (Doc.194/10)-----

Ponto 11 – Luís Dantas, obra “Os deputados do Alto Minho na Primeira República”

--- O Conselho analisou a proposta da Câmara Municipal de Ponte de Lima de publicação da obra “Os Deputados do alto Minho na Primeira República” com o fornecimento de 500 exemplares por 1580 euros. O Conselho deliberou analisar esta proposta após tomar conhecimento do conteúdo da mesma.(Doc. 195/10)-----

Ponto 12 – Quota dos Municípios / ANMP



--- Face à comunicação à CIM da ANMP e por proposta do Secretário Executivo, o Conselho deliberou comunicar à ANMP que estas questões não devem envolver a CIM enquanto tal.
(Doc. 196/10)-----

Ponto 13 – Mapa de comparticipações

--- O Conselho analisou o mapa de comparticipações e apelou a cada um dos seus membros à pronta liquidação dos montantes referidos.(Doc.197/10)-----

Ponto 14 – Outros Assuntos

Instalação da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho

--- A Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho solicitou a possibilidade de instalação dos seus serviços nas instalações da CIM em Valença.-----

--- Foi decidido protocolar com a APFVM a cedência de uma sala no 1º piso do edifício de Valença em condições a acordar, pelo Secretário Executivo.-----

Projecto RAMPA

--- Sendo do conhecimento que alguns Municípios se vão candidatar a este projecto que visa preparar zonas urbanas para a total acessibilidade a cidadãos deficientes serão realizadas oportunamente sessões de troca de informação sobre as experiências ocorridas no Alto Minho tendo em vista a sua adopção pelo conjunto dos Centros Urbanos da CIM.-----

Actualização das Cartas Educativas

--- Por sugestão da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha, a CIM irá actualizar a cartografia para o Alto Minho dos Centros Educativos de cada Município de forma a melhor perceber a evolução que entretanto ocorreu em diálogos bilaterais entre a Direcção Regional de Educação do Norte e cada um dos Municípios do Alto Minho.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Analisada a oportunidade da marcação da Assembleia Intermunicipal é opinião do Conselho que ela ocorra em Outubro ou Novembro do corrente ano.-----

--- A próxima reunião, foi marcada para o dia 23 de Setembro de 2010, pelas 15H00, nas instalações da CIM em Ponte de Lima.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas dezanove horas e trinta minutos. -----

--- E, para constar, se lavrou a presente Acta que fica assinada pelo Presidente do Conselho Executivo e Secretário Executivo. -----

----- **ESTÁ CONFORME** -----

--- Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, em Ponte de Lima, aos 08 de Setembro de 2010. -----

O PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, _____

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, _____